Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026 7

DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025 8

Demonstração de Valor Adicionado 9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 10

Balanço Patrimonial Passivo 11

Demonstração do Resultado 12

Demonstração do Resultado Abrangente 13

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026 15

DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025 16

Demonstração de Valor Adicionado 17

Comentário do Desempenho 18

Notas Explicativas 29

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 71

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 72

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 73

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	71.001
Preferenciais	0
Total	71.001
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
	#Error
	#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	290.571	250.322
1.01	Ativo Circulante	169	115
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	64	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	12	60
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12	60
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	93	55
1.02	Ativo Não Circulante	290.402	250.207
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	60.254	49.480
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	54.119	43.345
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	54.119	43.345
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.135	6.135
1.02.01.10.03	Outros Ativos	0	6.134
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	6.135	1
1.02.02	Investimentos	230.148	200.727
1.02.02.01	Participações Societárias	230.148	200.727
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	230.148	200.727

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	290.571	250.322
2.01	Passivo Circulante	1.754	10.857
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	235	211
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	235	211
2.01.01.02.01	Salários a Pagar e Provisões	235	211
2.01.02	Fornecedores	221	231
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	221	231
2.01.03	Obrigações Fiscais	100	126
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	100	126
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	65	92
2.01.03.01.03	Parcelamentos	35	34
2.01.05	Outras Obrigações	1.198	10.289
2.01.05.02	Outros	1.198	10.289
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	64	9.226
2.01.05.02.04	Outras obrigações	1.134	1.063
2.02	Passivo Não Circulante	49.905	49.928
2.02.02	Outras Obrigações	49.905	49.928
2.02.02.02	Outros	49.905	49.928
2.02.02.02.04	Partes Relacionadas Contingentes	49.829	49.829
2.02.02.02.06	Parcelamentos	76	99
2.03	Patrimônio Líquido	238.912	189.537
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.04	Reservas de Lucros	35.853	35.853
2.03.04.01	Reserva Legal	1.942	1.942
2.03.04.03	Reserva para Contingências	24.908	24.908
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	6.234	6.234
2.03.04.10	Reserva para investimentos	2.769	2.769
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	49.763	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	33.188	33.576

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	13.040	49.377	10.125	462.445
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-450	-1.577	-334	-1.297
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	523	10.158	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	-2
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	12.967	40.796	10.459	463.744
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.040	49.377	10.125	462.445
3.06	Resultado Financeiro	-9	-2	7	-1
3.06.01	Receitas Financeiras	0	14	18	36
3.06.02	Despesas Financeiras	-9	-16	-11	-37
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	13.031	49.375	10.132	462.444
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	0	51.000
3.08.02	Diferido	0	0	0	51.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.031	49.375	10.132	513.444
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	13.031	49.375	10.132	513.444
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,18353	0,69541	1,42702	72,31504
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,18353	0,69541	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	13.031	49.375	10.132	513.444
4.03	Resultado Abrangente do Período	13.031	49.375	10.132	513.444

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.624	-1.062
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	8.584	-1.293
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	49.375	513.444
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-40.796	-463.744
6.01.01.06	Provisão (Reversão) de Impostos Diferidos	0	-51.000
6.01.01.08	Atualização de passivos tributários	5	7
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	78	251
6.01.02.01	Impostos, Taxas e Contribuições	-54	-19
6.01.02.02	Fornecedores	-10	0
6.01.02.03	Salários e Encargos sociais a pagar	24	37
6.01.02.04	Outras Obrigações	70	57
6.01.02.05	Impostos a recuperar	48	175
6.01.02.06	Adiantamento a fornecedores	0	1
6.01.03	Outros	-38	-20
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	11.376	0
6.02.01	Dividendos recebidos de controladas	11.376	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-19.936	1.062
6.03.01	Variação em Partes Relacionadas	-10.774	1.062
6.03.02	Dividendos pagos	-9.162	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	64	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	64	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	35.853	0	33.576	189.537
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	35.853	0	33.576	189.537
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	49.375	0	49.375
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	49.375	0	49.375
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	388	-388	0
5.06.04	Realização de ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	388	-388	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	35.853	49.763	33.188	238.912

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	6.234	-472.284	34.081	-311.861
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	6.234	-472.284	34.081	-311.861
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	513.444	0	513.444
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	513.444	0	513.444
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	375	-375	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	375	-375	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	6.234	41.535	33.706	201.583

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-428	-553
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-428	-553
7.03	Valor Adicionado Bruto	-428	-553
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-428	-553
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	50.968	463.763
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	40.796	463.744
7.06.02	Receitas Financeiras	14	36
7.06.03	Outros	10.158	-17
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	50.540	463.210
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	50.540	463.210
7.08.01	Pessoal	1.057	716
7.08.01.01	Remuneração Direta	881	597
7.08.01.02	Benefícios	176	119
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	92	-50.970
7.08.02.01	Federais	92	-50.982
7.08.02.02	Estaduais	0	12
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16	20
7.08.03.01	Juros	16	20
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	49.375	513.444
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	49.375	513.444

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	474.313	434.059
1.01	Ativo Circulante	264.578	244.293
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	45.689	40.891
1.01.02	Aplicações Financeiras	84.014	82.551
1.01.03	Contas a Receber	70.251	67.648
1.01.03.01	Clientes	70.251	67.648
1.01.04	Estoques	31.583	28.846
1.01.04.01	Estoques	29.937	27.331
1.01.04.02	Adiantamento a Fornecedores	1.646	1.515
1.01.06	Tributos a Recuperar	25.736	17.869
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	25.736	17.869
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.305	6.488
1.01.08.03	Outros	7.305	6.488
1.01.08.03.02	Trava Cambial	2.168	500
1.01.08.03.03	Outros Ativos	5.137	5.988
1.02	Ativo Não Circulante	209.735	189.766
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	25.610	26.916
1.02.01.07	Tributos Diferidos	12.768	15.017
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	12.842	11.899
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	132	258
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	12.687	5.506
1.02.01.10.05	Outras Contas a Receber	23	6.135
1.02.02	Investimentos	17.530	18.044
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	17.530	18.044
1.02.03	Imobilizado	165.985	144.244
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	161.979	139.438
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	4.006	4.806
1.02.04	Intangível	610	562
1.02.04.01	Intangíveis	610	562
1.02.04.01.02	Intangível	610	562

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	474.313	434.059
2.01	Passivo Circulante	77.598	86.414
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	30.452	24.998
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	30.452	24.998
2.01.02	Fornecedores	25.487	21.501
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	25.487	21.501
2.01.02.01.01	Fornecedores	23.116	19.752
2.01.02.01.03	Passivo de Arrendamento	2.371	1.749
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.356	15.707
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.356	15.707
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias	4.642	6.967
2.01.03.01.04	Parcelamentos	9.714	8.740
2.01.05	Outras Obrigações	7.303	24.208
2.01.05.02	Outros	7.303	24.208
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	64	14.288
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	5.073	5.987
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	2.166	3.933
2.02	Passivo Não Circulante	157.562	157.909
2.02.02	Outras Obrigações	147.013	148.240
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	49.829	49.829
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	49.829	49.829
2.02.02.02	Outros	97.184	98.411
2.02.02.02.07	Parcelamentos	95.108	95.104
2.02.02.02.08	Passivo de Arrendamento	2.076	3.307
2.02.04	Provisões	10.549	9.669
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.549	9.669
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	10.549	9.669
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	239.153	189.736
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.04	Reservas de Lucros	35.853	35.853
2.03.04.01	Reserva Legal	1.942	1.942
2.03.04.03	Reserva para Contingências	24.908	24.908
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	6.234	6.234
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	2.769	2.769
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	49.763	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	33.188	33.576
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	241	199

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	113.903	351.297	104.923	326.967
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-86.021	-262.452	-78.881	-234.779
3.03	Resultado Bruto	27.882	88.845	26.042	92.188
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.758	-29.811	-10.379	83.509
3.04.01	Despesas com Vendas	-7.041	-20.305	-5.044	-14.539
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.856	-19.289	-4.833	-19.650
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.846	14.014	1.145	123.068
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.707	-4.231	-1.647	-5.370
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.124	59.034	15.663	175.697
3.06	Resultado Financeiro	1.516	1.991	-1.678	207.044
3.06.01	Receitas Financeiras	6.834	19.589	3.384	232.324
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.318	-17.598	-5.062	-25.280
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	15.640	61.025	13.985	382.741
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.594	-11.607	-3.843	131.173
3.08.01	Corrente	-4.165	-9.359	-4.078	-12.187
3.08.02	Diferido	1.571	-2.248	235	143.360
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.046	49.418	10.142	513.914
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	13.046	49.418	10.142	513.914
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	13.033	49.377	10.132	513.444
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	13	41	10	470
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,18374	0,69602	1,42843	72,38123
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,18374	0,69602	1,42843	72,38123

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	13.046	49.418	10.142	513.914
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	13.046	49.418	10.142	513.914
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	13.033	49.377	10.132	513.444
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	13	41	10	470

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	52.338	136.430
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	81.804	386.522
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	49.418	513.444
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	10.052	7.903
6.01.01.03	Provisão (Reversão) para Contingência	880	1.241
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para Risco de Crédito	262	75
6.01.01.05	Participação de Minoritários	0	469
6.01.01.06	Encargos Financeiros s/ Empréstimos e Arrendamentos	696	751
6.01.01.07	Custo Baixa Bens Ativo Imobilizado e Intangível	110	542
6.01.01.08	Provisão (Reversão) de Impostos Diferidos/Corrente	11.607	-143.360
6.01.01.09	Atualização de Passivos Tributários	8.714	12.082
6.01.01.11	Provisão para perda (Impairment)	1.025	-2.040
6.01.01.12	Variação cambial líquida	-960	-4.585
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-29.466	-250.092
6.01.02.01	Clientes	-1.906	2.435
6.01.02.02	Estoques	-2.606	-3.906
6.01.02.03	Adiantamento a Fornecedores	-131	-246
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-7.739	2.882
6.01.02.05	Outros Ativos	4.274	102.069
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-7.181	-1.187
6.01.02.07	Fornecedores	3.364	423
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-9.731	-336.586
6.01.02.09	Salários a Pagar e Provisões	5.454	9.888
6.01.02.10	Adiantamento de Clientes	-914	-13.435
6.01.02.12	Outras Contas a Pagar	-1.754	-12.429
6.01.02.13	Pagamento de IRPJ e CSLL	-10.596	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-32.039	-15.804
6.02.01	Variação de Ativo Imobilizado	-30.522	-15.745
6.02.02	Variação de Ativo Intangível	-54	-59
6.02.03	Aplicações financeiras	-1.463	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-15.501	-1.739
6.03.01	Contraprestação de arrendamentos a pagar	-2.185	-1.739
6.03.04	Dividendos pagos	-13.316	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	4.798	118.887
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	40.891	380
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	45.689	119.267

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	35.853	0	33.576	189.537	199	189.736
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	35.853	0	33.576	189.537	199	189.736
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	49.377	0	49.377	41	49.418
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	49.377	0	49.377	41	49.418
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	388	-388	0	0	0
5.06.04	Realização de ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	388	-388	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	35.853	49.765	33.188	238.914	240	239.154

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	6.234	-472.284	34.081	-311.861	-264	-312.125
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	6.234	-472.284	34.081	-311.861	-264	-312.125
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	513.444	0	513.444	470	513.914
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	513.444	0	513.444	470	513.914
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	375	-375	0	0	0
5.06.04	Realização de ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	375	-375	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	6.234	41.535	33.706	201.583	206	201.789

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
7.01	Receitas	366.652	342.135
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	363.752	339.505
7.01.02	Outras Receitas	3.162	2.705
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-262	-75
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-159.306	-151.604
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-140.312	-132.719
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.994	-18.885
7.03	Valor Adicionado Bruto	207.346	190.531
7.04	Retenções	-10.052	-7.903
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.052	-7.903
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	197.294	182.628
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.291	340.249
7.06.02	Receitas Financeiras	11.446	219.798
7.06.03	Outros	10.845	120.451
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	219.585	522.877
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	219.585	522.877
7.08.01	Pessoal	136.257	114.158
7.08.01.01	Remuneração Direta	108.658	92.793
7.08.01.02	Benefícios	21.893	16.230
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.706	5.135
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	24.456	-118.038
7.08.02.01	Federais	18.564	-124.117
7.08.02.02	Estaduais	5.892	6.079
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.454	12.843
7.08.03.01	Juros	9.454	12.843
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	49.418	513.914
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	49.377	513.444
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	41	470

Comentário do Desempenho

MINUPAR

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DO TRIMESTRE

30 de Setembro de 2026

Destaques do 3º trimestre de 2026
Lucro Líquido consolidado: R$ 13 milhões
Patrimônio Líquido: R$ 239,1 milhões
EBITDA Ajustado: R$ 17 milhões

Comentário do Desempenho

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

Sumário

1. Contexto de mercado e cenário econômico 3
2. Análise de desempenho operacional e financeiro 4
a. Receita Operacional Líquida 4
b. Despesas operacionais 5
c. Despesas com vendas 6
d. Lucro bruto 7
e. EBITDA / LAJIDA 8
3. Eventos estratégicos e relevantes 9
4. Governança Corporativa, ESG e LGPD 9
5. Relacionamento com os Auditores Externos 11
Agradecimentos 11

Comentário do Desempenho

Prezados(as) Senhores(as),

A Administração da Minupar Participações S.A. ("Minupar" ou "Companhia") apresenta os resultados do terceiro trimestre de 2026. O período consolida a retomada da estabilidade econômico-financeira iniciada em 2025, marcada pela reversão do patrimônio líquido negativo e pelo projeto de modernização da unidade industrial de Lajeado.

Conforme divulgado nos períodos anteriores, determinados acontecimentos registrados ao longo do exercício de 2026 continuam refletidos nos resultados acumulados da Companhia, contribuindo para a evolução de sua posição patrimonial e financeira. Nesse contexto, a Administração destaca o desempenho operacional do terceiro trimestre, a continuidade dos investimentos estratégicos e o compromisso com a geração sustentável de valor aos acionistas.

No período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia registrou receita líquida consolidada de R$ 351.297 mil, EBITDA ajustado de R$ 57.275 mil e lucro líquido de R$ 49.418 mil. Como marco relevante do período, destacamos a Assembleia Geral Ordinária realizada em 14 de abril de 2026, que aprovou a distribuição de R$ 9.226 mil em dividendos relativos ao exercício de 2025. Em cumprimento à deliberação dos acionistas, os dividendos foram integralmente pagos no segundo trimestre de 2026, marcando a retomada da remuneração aos acionistas após mais de duas décadas e reafirmando o compromisso da Companhia com a geração sustentável de valor.

Do mesmo modo, a alteração do mandato dos administradores para três anos confere maior estabilidade ao planejamento de longo prazo da Companhia. Essa medida alinha-se ao foco na execução de sua estratégia de crescimento, com investimentos voltados ao fortalecimento da capacidade operacional, ao ganho de eficiência produtiva e à geração de valor sustentável para os acionistas.

1. Contexto de mercado e cenário econômico

A análise do desempenho da Companhia deve considerar as características específicas de seu modelo de negócios, estruturado em duas principais linhas de atuação operacional. A primeira, sendo à prestação de serviços de abate de aves, atividade na qual a Companhia disponibiliza sua estrutura industrial e operacional para o processamento de aves pertencentes a terceiros. A segunda compreende a produção e comercialização de alimentos industrializados, com destaque para embutidos, especialmente salsichas e mortadelas, comercializados nos mercados interno e externo.

Essa distinção é relevante para a compreensão dos resultados apresentados, uma vez que cada operação possui diferentes estruturas de custos, níveis de exposição às variáveis macroeconômicas e dinâmicas de mercado. Na prestação de serviços, os principais custos concentram-se em mão de obra, energia, manutenção industrial, insumos operacionais e logística, enquanto a operação de industrializados apresenta maior exposição às oscilações dos custos de embalagens, ingredientes, energia e transporte.

Durante o terceiro trimestre de 2026, o ambiente macroeconômico permaneceu marcado por elevada volatilidade nos mercados internacionais, reflexo das incertezas geopolíticas e de seus impactos sobre o comércio global, as cadeias logísticas e os preços de diversas *commodities*. Esse contexto contribuiu para um

ambiente operacional mais desafiador para a indústria de alimentos como um todo, especialmente em relação aos custos logísticos e à disponibilidade de transporte internacional.

No caso da Companhia, os principais reflexos desse cenário foram observados na elevação dos custos de transporte, tanto nas operações domésticas quanto nas exportações, e no aumento dos custos de insumos derivados do petróleo utilizados na fabricação de embalagens, filmes plásticos, produtos de higienização e demais materiais empregados no processo produtivo. Adicionalmente, a volatilidade dos preços dos combustíveis influencia diretamente os custos de distribuição, transporte de colaboradores e diversas atividades de apoio às operações industriais.

Outro fator relevante foi o comportamento do mercado cambial. Ao longo do trimestre, a apreciação do real frente ao dólar norte-americano reduziu a conversão das receitas de exportação quando expressas em moeda nacional, ao mesmo tempo em que contribuiu para mitigar parte da pressão sobre determinados insumos importados. Esse movimento evidencia os efeitos distintos que a variação cambial pode produzir sobre as diferentes atividades desenvolvidas pela Companhia.

Nesse contexto, a Administração manteve foco permanente na disciplina financeira, na eficiência operacional e na gestão de custos, buscando compensar as pressões inflacionárias por meio de ganhos de produtividade, melhoria contínua dos processos industriais e otimização logística. Paralelamente, a Companhia deu continuidade ao seu programa de modernização da unidade industrial de Lajeado, investimento estratégico que deverá ampliar a eficiência operacional, fortalecer sua competitividade e sustentar seu crescimento no longo prazo.

Embora o ambiente econômico permaneça sujeito a oscilações decorrentes de fatores externos, a Administração entende que a diversificação das atividades operacionais, a solidez das relações comerciais estabelecidas ao longo dos anos e os investimentos estruturantes atualmente em execução reforçam a capacidade da Companhia de enfrentar cenários adversos e continuar gerando valor sustentável para seus acionistas.

2. Análise de desempenho operacional e financeiro

O desempenho da Companhia no período findo em 30 de setembro de 2026 foi pautado pela continuidade e estabilidade das operações. Os indicadores financeiros e operacionais mantiveram-se em patamares alinhados aos registrados no mesmo período do ano anterior, refletindo a resiliência do nosso modelo de negócio e a manutenção das eficiências capturadas ao longo do último exercício.

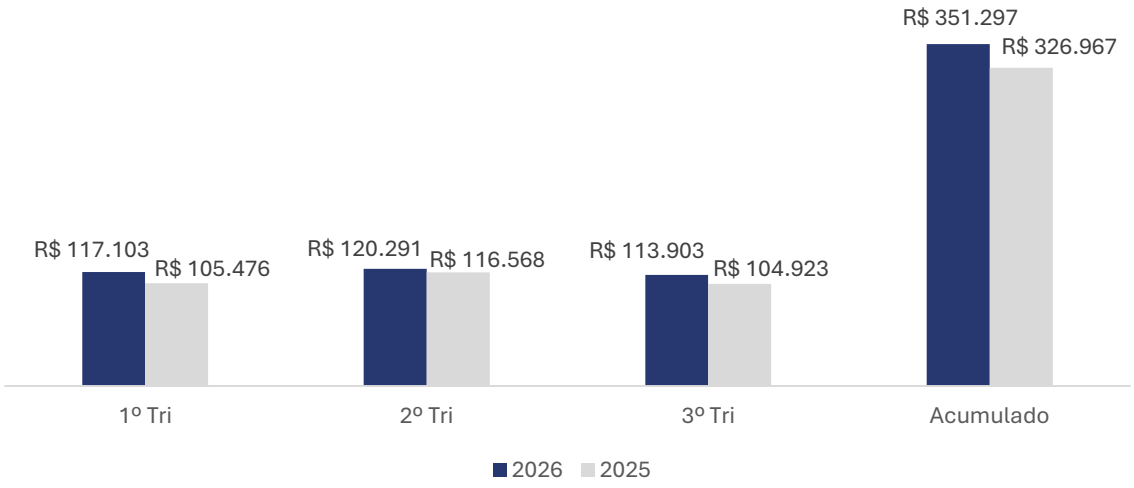
A seguir, apresentamos a análise das principais contas de resultado.

a. Receita Operacional Líquida

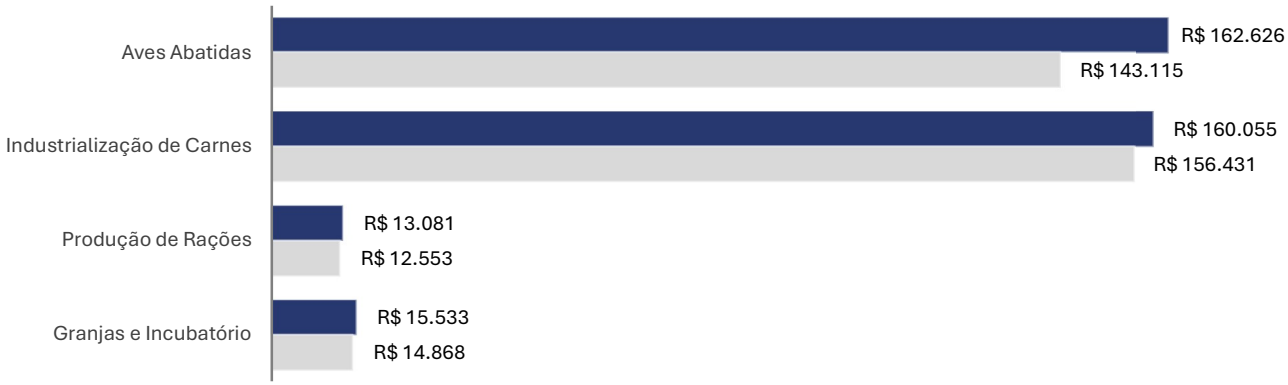
A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, registrou uma Receita Líquida de R$ 113.903 mil no terceiro trimestre de 2026, um aumento de aproximadamente 9% em relação aos R$ 104.923 mil apurados no terceiro trimestre de 2025. No acumulado do período, alcançou R$ 351.297 mil, aumento de 7,4% em relação aos R$ 326.967 mil registrados no mesmo período de 2025.

Comentário do Desempenho

O crescimento da receita líquida no período decorre, principalmente, do aumento no volume de aves abatidas realizados nos nove meses do exercício de 2026. Adicionalmente, o desempenho foi favorecido por iniciativas comerciais e operacionais voltadas à otimização do portfólio de vendas, priorizando produtos de maior valor agregado e rentabilidade, bem como por ações de aprimoramento da gestão logística, comercial e operacional, contribuindo para mitigar os efeitos da volatilidade dos mercados nacional e internacional.



Abaixo, demonstramos um comparativo da receita líquida por atividade entre os primeiros nove meses de 2026 e 2025.



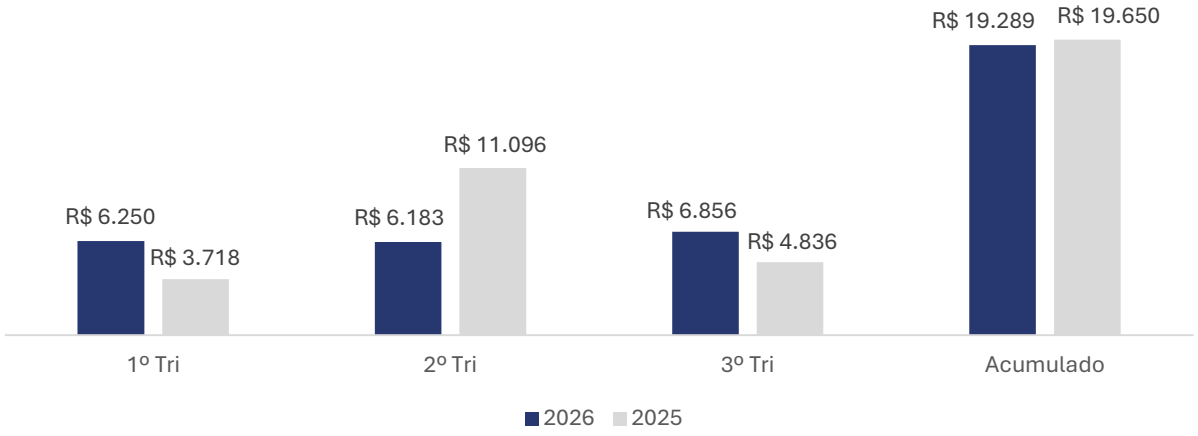
b. Despesas operacionais

As despesas gerais e administrativas consolidadas totalizaram R$ 6.856 mil no terceiro trimestre de 2026, ante R$ 4.836 mil no mesmo período de 2025. No acumulado dos nove primeiros meses do exercício, essas despesas atingiram R$ 19.289 mil, frente a R$ 19.650 mil no mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

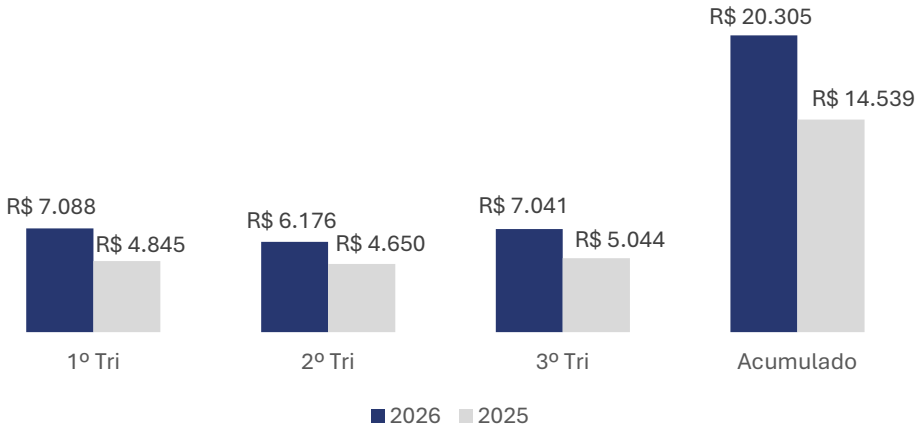
A estrutura de despesas administrativas manteve-se compatível com o porte das operações, refletindo a continuidade da disciplina na gestão dos gastos corporativos, da eficiência na alocação de recursos e do compromisso da Administração com a geração sustentável de valor.

Adicionalmente, a Administração mantém processo contínuo de revisão da estrutura de custos e despesas, avaliando permanentemente oportunidades de simplificação de processos, eliminação de gastos não essenciais e aumento da eficiência operacional. Essa postura busca assegurar que a Companhia preserve uma estrutura administrativa compatível com sua estratégia de crescimento, sem comprometer a qualidade da gestão, o suporte às operações e a geração sustentável de valor aos seus acionistas.



c. Despesas com vendas

As despesas com vendas totalizaram R$ 7.041 mil no terceiro trimestre de 2026, correspondendo a 6,2% da receita operacional líquida, em comparação com R$ 5.044 mil, ou 4,8% da receita operacional líquida, registrados no mesmo período do exercício anterior.



O aumento observado decorre, principalmente, da evolução da estratégia logística adotada pela Companhia nas operações de exportação. Ao longo do período, verificou-se maior participação de operações nas quais a Companhia assumiu a gestão de etapas adicionais da cadeia logística internacional, ampliando as despesas associadas a fretes e serviços correlatos.

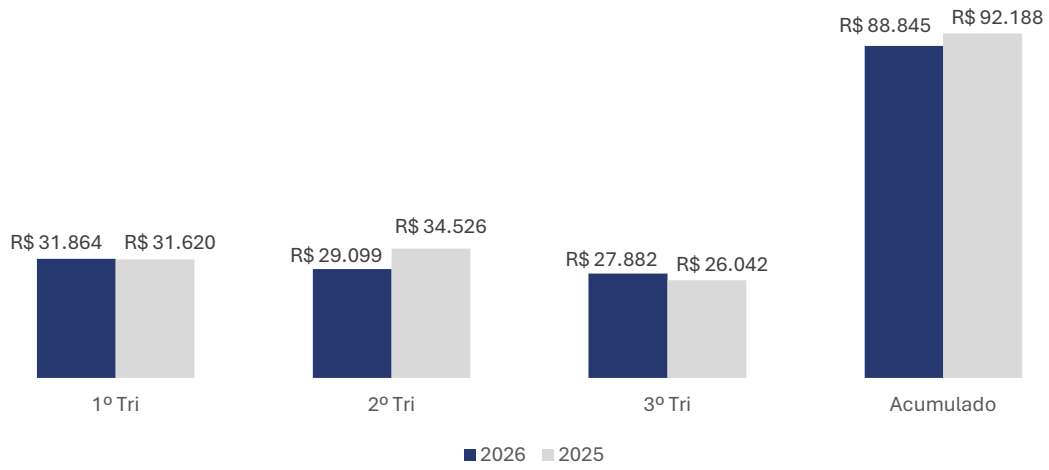
Esse movimento reflete a adaptação do modelo operacional às necessidades dos mercados atendidos e às condições do comércio internacional, contribuindo para o fortalecimento do relacionamento com clientes, a continuidade das exportações e a manutenção da competitividade da Companhia em seus principais mercados de atuação.

Embora essa dinâmica tenha elevado as despesas com vendas no período, ela está alinhada à estratégia comercial da Companhia de assegurar a continuidade das operações de exportação e ampliar a oferta de soluções logísticas aos seus clientes, preservando relacionamentos de longo prazo e a competitividade nos mercados internacionais.

d. Lucro bruto

A Companhia encerrou o terceiro trimestre do exercício de 2026 com lucro bruto de R$ 27.882 mil, em comparação com R$ 26.042 mil registrados no mesmo período do exercício anterior. No acumulado dos nove primeiros meses do exercício, o lucro bruto totalizou R$ 88.845 mil, ante R$ 92.188 mil no mesmo período do exercício de 2025.

A variação observada reflete, principalmente, os impactos da apreciação do real frente ao dólar norte-americano sobre as receitas de exportação, bem como o aumento dos custos logísticos e de insumos relacionados ao transporte, embalagens e demais derivados do petróleo. Apesar desse cenário, a Companhia manteve o foco na eficiência operacional, na disciplina comercial e na gestão de custos, buscando preservar sua competitividade e a geração sustentável de resultados. Vale ressaltar que o período comparativo de 2025 foi marcado por condições de mercado particularmente favoráveis ao setor, refletindo uma base de comparação mais elevada para os resultados de 2026.



e. EBITDA / LAJIDA

A Companhia adota como métricas de desempenho não contábeis o **EBIT** (Lucro Antes dos Juros e Tributos) e o **EBITDA** (Lucro Antes dos Juros, Tributos, Depreciação e Amortização). Este último é utilizado como indicador preferencial para mensurar a capacidade de geração de caixa operacional, uma vez que segrega efeitos financeiros e contábeis que não impactam o caixa imediato. Visando assegurar a transparência sobre a performance recorrente, a Administração utiliza ainda o **EBITDA Ajustado**, excluindo eventos extraordinários que poderiam distorcer a análise. A conciliação deste indicador para o trimestre findo em 30 de setembro de 2026 é demonstrada no quadro abaixo.

	2026		2025	
	Jul - Set	**Jan - Set**	**Jul - Set**	**Jan - Set**
Lucro líquido do período	**13.046**	**49.418**	**10.142**	**513.914**
(+) IRPJ/CSLL	2.594	11.607	3.843	(131.173)
(+) Resultado financeiro	(1.516)	(1.991)	1.678	(207.044)
EBIT	**14.124**	**59.034**	**15.663**	**175.697**
(+) Depreciações e amortizações	2.941	7.876	2.157	5.893
EBITDA	**17.065**	**66.910**	**17.820**	**181.590**
(+/-) Eventos não recorrentes (a)	-	(9.635)	-	(114.408)
EBITDA - Ajustado	**17.065**	**57.275**	**17.820**	**67.182**
Receita Líquida	113.903	351.297	104.923	326.967
Margem % EBITDA ajustado	14,98%	16,30%	16,98%	20,55%

(a) Os valores demonstrados no quadro acima como "eventos não recorrentes, estão relacionados à ajustes efetuados e destacados nas notas explicativas nº 28 - Outras despesas operacionais, e 29 - Outras receitas operacionais.

No terceiro trimestre de 2026, o EBITDA Ajustado consolidado totalizou R$ 17.065 mil, equivalente a 14,98% da receita operacional líquida, em comparação com R$ 17.820 mil e margem de 16,98% no mesmo período do exercício anterior. No acumulado do exercício, o EBITDA Ajustado atingiu R$ 57.275 mil, correspondendo a 16,30% da receita operacional líquida.

A variação observada em relação ao período comparativo decorre, principalmente, do ambiente macroeconômico mais desafiador enfrentado ao longo do trimestre, especialmente dos efeitos da apreciação do real frente ao dólar norte-americano sobre as receitas de exportação e do aumento dos custos logísticos e de insumos relacionados ao transporte e às embalagens. Esse comportamento foi observado de forma generalizada no setor de alimentos e exportação ao longo do período.

Mesmo nesse contexto, a Companhia manteve consistente capacidade de geração operacional de caixa, sustentada pela estabilidade de suas operações, pela disciplina na gestão de custos e pela continuidade das iniciativas de eficiência operacional implementadas pela Administração.

3. Eventos estratégicos e relevantes

A Companhia segue executando seu plano de modernização e ampliação da unidade frigorífica de Lajeado (RS), conforme divulgado em Comunicado ao Mercado em 4 de agosto de 2025. O projeto contempla investimentos estimados em aproximadamente R$ 74 milhões, com cronograma de execução previsto até dezembro de 2027. A execução do projeto segue em ritmo satisfatório, com evolução consistente das frentes de trabalho. As obras civis encontram-se substancialmente concluídas e a Companhia avança na contratação e fabricação dos principais equipamentos que integrarão a nova estrutura industrial, mantendo expectativa favorável quanto ao cumprimento do cronograma de implantação.

A iniciativa representa um dos mais relevantes ciclos de investimento da Companhia nos últimos anos e permitirá a ampliação da capacidade de abate da planta de 175 mil para 200 mil aves por dia, além da modernização do parque industrial e da incorporação de melhorias voltadas ao aumento da eficiência operacional, produtividade e competitividade.

Além da execução desse projeto, a Administração mantém avaliação permanente de novas oportunidades de investimento em automação, inovação e modernização industrial, priorizando iniciativas capazes de elevar a produtividade, reduzir custos operacionais e gerar retorno compatível com a estratégia de longo prazo da Companhia. Todos os projetos são submetidos a criteriosa análise técnica, operacional e financeira, observando a disciplina na alocação de capital e a preservação da solidez financeira.

Paralelamente, a Companhia segue avançando em alternativas de financiamento de longo prazo, incluindo linhas disponibilizadas por instituições como BNDES e FINEP, buscando estruturas de *funding* compatíveis com seus planos de investimento e capazes de otimizar sua estrutura de capital, preservando a liquidez e ampliando a capacidade de execução de projetos estratégicos.

A Administração acompanha continuamente a evolução física e financeira dos investimentos em andamento e permanece comprometida com uma gestão prudente dos recursos, conciliando crescimento, fortalecimento operacional e geração sustentável de valor para seus acionistas.

Além disso, em 16 de outubro de 2026, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 141/2026, que estabelece a redução gradual da jornada de trabalho e a substituição da escala 6x1. A Companhia, que já vinha acompanhando o tema desde o início das discussões legislativas, intensificou suas análises sobre oportunidades de automação e otimização de processos operacionais, visando mitigar os potenciais impactos da nova legislação sobre os custos e a produtividade de suas operações industriais, preservando a eficiência e a competitividade de suas atividades. Destaca-se que a região em que a Companhia está localizada enfrenta desafios com falta de mão de obra, de modo que tal otimização não implica na redução do quadro de lotação de pessoal.

4. Governança Corporativa, ESG e LGPD

Reforçando nosso compromisso com boas práticas de governança corporativa, estamos em contínuo aprimoramento da estrutura e dos processos.

Comentário do Desempenho

Fortalecimento da integridade: A Controlada mantém ativo um Canal de Denúncias independente, garantindo anonimato e não retaliação para relatos de condutas antiéticas. Neste sentido, a atuação do setor de Compliance e dos Comitês de Ética e Disciplinar, garantem a investigação isenta e o tratamento adequado de denúncias, reforçando a estrutura de gestão de riscos e a cultura de integridade na Companhia.

Reconhecimento no ambiente de trabalho: A Companhia Minuano de Alimentos mantém certificação Great Place to Work (GPTW) desde novembro de 2024, atestando nosso compromisso com um ambiente de trabalho saudável, a valorização de nossos colaboradores e a qualidade do nosso ambiente de trabalho. Em 2026 alcançou a 11ª posição no ranking das Melhores Empresas para Trabalhar no Rio Grande do Sul.



Em 2026 a Companhia Minuano também conquistou o 1º lugar no Selo SESI de boas práticas em saúde e bem estar no RS, em parceria com a GPTW. Este reconhecimento reforça o compromisso com a saúde integral, bem-estar e valorização das pessoas.

Diversidade e Inclusão: Continuamos a promover ativamente a inclusão, com colaboradores de diversos municípios do estado e estrangeiros de 16 nacionalidades. Na governança, destacamos a eleição de mulheres para o Conselho de Administração, alinhada ao Selo WOB (Women on Board) e as boas práticas de mercado.

Gestão Ambiental: A Companhia permanece comprometida com a evolução de sua agenda ESG, dando continuidade ao desenvolvimento de sua Política de Meio Ambiente, ao fortalecimento de seus processos internos e aos investimentos em tecnologia e governança de dados voltados às futuras divulgações de sustentabilidade.

Considerando as recentes alterações promovidas pela CVM, que conferiram caráter voluntário à adoção das normas CBPS 01 e CBPS 02 (IFRS S1 e IFRS S2), bem como o atual ciclo de investimentos e expansão operacional vivido pela Companhia, a Administração optou por priorizar a alocação de recursos e esforços na execução de seus projetos estratégicos. Dessa forma, a Companhia não pretende realizar, neste momento, a divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, permanecendo, entretanto, comprometida com a evolução de suas práticas ESG e com a implementação gradual dos processos necessários para, oportunamente, realizar divulgações alinhadas às melhores práticas de mercado, com a qualidade, consistência e transparência esperadas por seus acionistas e demais stakeholders.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"): O programa de conformidade com a LGPD segue ativo, em conformidade com a Lei 13.709/2019. As informações de contato do Encarregado de Dados (DPO), a Política de Privacidade e o canal de solicitações estão disponíveis em *https://www.minupar.com.br/lgpd* e pelo e-mail *privacidade@minuano.com.br*.

5. Relacionamento com os Auditores Externos

As informações do trimestre foram revisadas pela **BDO RCS Auditores Independentes**, com registro junto à CVM nº 001032-4, em conformidade com a Instrução CVM 381/2003.

Agradecimentos

A Administração agradece aos colaboradores das companhias do Grupo pela dedicação e resiliência, aos clientes e parceiros pela confiança e aos acionistas pelo apoio nesta etapa de consolidação, investimentos e criação sustentável de valor.

Lajeado (RS), 13 de novembro de 2026.

A Administração.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025.
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

Atividades desenvolvidas

A Minupar Participações S.A. "Companhia" tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca "Minu" ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, América, Ásia e Oceania.

1.1. Aprovação das demonstrações contábeis intermediárias

Em atendimento à disposição do artigo 25º, inciso I, alínea "b" do Estatuto Social da Minupar Participações S.A, a Diretoria submeteu as demonstrações contábeis intermediárias devidamente revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes, para apreciação e deliberação do Conselho de Administração da Companhia, sendo as referidas demonstrações aprovadas, e sua divulgação autorizada para o dia 13 de novembro de 2026.

1.2. Uso de estimativas e julgamentos contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração da Companhia faça uso de estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e de outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

Além do atendimento às normas e regras contábeis vigentes, a Administração entende que a adoção das estimativas contábeis críticas é essencial para a produção da melhor informação possível sobre os resultados e condição patrimonial no encerramento de cada exercício, ainda que sobre estas, temporariamente, não se possa ter precisão, dado o caráter de subjetividade e complexidade envolvidos.

Não houve alterações relevantes nas premissas e estimativas contábeis adotadas pela Companhia em relação àquelas divulgadas nas demonstrações contábeis anuais encerradas em 31 de dezembro de 2025.

As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são:

- Nota Explicativa 04 – Impairment sobre ativos financeiros - Contas a receber
- Nota Explicativa 07 – Imposto de renda e contribuição social diferidos
- Nota Explicativa 08 – Impairment sobre ativos financeiros – Outros ativos
- Nota Explicativa 10 – Propriedade para investimento
- Nota Explicativa 11 – Imobilizado
- Nota Explicativa 20 – Provisão para contingências

1.3. Base de consolidação

i) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.
Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis intermediárias de controladas são incluídas nas demonstrações individuais e consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.
Nas demonstrações contábeis intermediárias individuais da controladora as informações contábeis de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

iii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia "desreconhece" os ativos e passivos da controlada, e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo

do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

A Companhia não possui investimentos classificados como coligadas mantidos diretamente pela controladora. Contudo, no âmbito da estrutura societária do grupo existem participações entre duas controladas que podem caracterizar influência significativa. Para fins de consolidação, tais entidades são incluídas integralmente nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, por estarem sob controle da controladora final.

vi) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com entidades investidas e registrado por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na entidade investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 e operações dos períodos findos nessas datas, da controladora e de suas controladas, a seguir relacionadas:

		Setembro-2026		Setembro/2025	
	País	Participação direta	Participação indireta	Participação direta	Participação indireta
Sulaves S/A	Brasil	99,999%	-	99,999%	-
Valepar S/A	Brasil	99,986%	-	99,986%	-
Cia Minuano de Alimentos	Brasil	-	99,910%	-	99,910%

1.4. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas vigentes nas datas das transações, e ativos e passivos monetários são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações contábeis intermediárias, sendo as variações cambiais reconhecidas no resultado.

2 Declaração de conformidade e políticas contábeis materiais

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais, individuais e consolidadas, foram preparadas, e estão sendo apresentadas para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2026, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos

Contábeis ("CPC") e de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR. As informações financeiras intermediárias foram preparadas pela Companhia para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período coberto por estas informações financeiras intermediárias e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As políticas contábeis, o uso de certas estimativas contábeis, os julgamentos da Administração e os métodos de cálculo adotados nestas informações financeiras intermediárias são os mesmos que os adotados quando da elaboração das demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e das informações financeiras intermediárias do período de nove meses findos em 30 de setembro de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações contábeis intermediárias.

As informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3. Pronunciamentos Novos e/ou Revisados, Aplicados pela 1ª vez em 2026

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

1) Normas vigentes

I. Emenda IFRS 7 e IFRS 9 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Introduz esclarecimentos e ajustes pontuais nas normas sobre instrumentos financeiros. O objetivo principal é reduzir divergências de interpretação e tornar os requisitos de classificação, mensuração e divulgação mais consistentes.
Os principais pontos da emenda são:

1. Liquidação de passivos financeiros por sistemas eletrônicos de pagamento;
2. Avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais;
3. Classificação dos ativos financeiros com ESF e características semelhantes.

Com essas alterações, o IASB também introduziu requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência. A norma entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e não temos impactos da emenda, pois não há operações desta natureza.

2) Novas normas contábeis ainda não vigentes

As emissões/alterações de normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) que são efetivas para o exercício iniciado em 2026 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2027 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas:

I. Emissão da norma CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis.

Esta nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas Demonstrações Contábeis, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das Demonstrações Contábeis. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027.

A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma.

II. Emissão da norma IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas - Divulgações.

Esta nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

- Alteração da norma IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações. Altera requisitos de divulgação previstos originalmente nesta norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.
- Alteração da norma IAS 21 - Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária. Altera requisitos de tratamento e divulgação previstos originalmente nesta norma. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.
- Alteração aos Exemplos Ilustrativos das normas IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - Divulgações sobre incertezas nas Demonstrações Financeiras. Altera requisitos de divulgação previstos originalmente nestas normas. Esta alteração nas normas e efetiva para exercícios

iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

III. Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar n° 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
Redução linear de 10% dos benefícios fiscais.

Avaliação de impacto:

A Companhia avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas. Além disso, concluiu com êxito os testes realizados em ambientes de homologação e produção para o correto destaque do IBS e da CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.
A Companhia reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções.
A Companhia não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora espere impactos nos fluxos de caixa futuros.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos por recursos disponíveis em moeda nacional e estrangeira. A composição dos saldos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 segue demonstrada no quadro a seguir:

Notas Explicativas

	Indexador	Intervalo de taxa a.a.	Consolidado 30/09/26	Consolidado 31/12/25
Caixa e Equivalentes de Caixa				
Moeda nacional			199	101
Moeda estrangeira			45.490	40.790
			45.689	**40.891**
Aplicações Financeiras				
CDB	CDI	99% a 100,87%	83.978	82.339
Compromissadas	CDI	60% a 80%	36	212
			84.014	**82.551**
Total			**129.703**	**123.442**

4 Contas a receber

	Consolidado 30/09/26	Consolidado 31/12/25
Mercado interno	60.911	56.927
Mercado externo	11.124	12.244
	72.035	**69.171**
(-) Provisão para perdas esperadas	(1.784)	(1.523)
Total	**70.251**	**67.648**

Notas Explicativas

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Vencidos	30/09/26		31/12/25	
Até 30 dias	4.416	6%	2.863	5%
De 31 a 60 dias	1	0%	707	0%
De 61 a 90 dias	2	0%	46	1%
De 91 a 120 dias	1	0%	12	0%
De 121 a 150 dias	2	0%	4	0%
De 151 a 180 dias	54	0%	6	0%
Acima de 180 dias	1.784	3%	1.523	7%
Subtotal	**6.260**	9%	**5.161**	**13%**
À vencer				
Até 30 dias	30.857	44%	31.871	51%
De 31 a 60 dias	29.447	42%	32.135	36%
De 61 a 90 dias	5.471	8%	4	7%
Subtotal	**65.775**	94%	**64.010**	**94%**
Provisão para perda esperada	(1.784)	-3%	(1.523)	-7%
Total	**70.251**	**100%**	**67.648**	**100%**

Abaixo são apresentadas as movimentações das perdas de crédito esperadas:

	Consolidado	
	30/09/26	31/12/25
Saldo anterior	**(1.523)**	**(4.102)**
Provisões do período	(438)	(119)
Reversões de provisão	177	71
Baixas de créditos incobráveis	-	2.627
Saldo em 30/09/2026	**(1.784)**	**(1.523)**

5 Estoques

	Consolidado	
	30/09/26	31/12/25
Produtos prontos	5.237	6.343
Produtos em elaboração	220	93
Matérias primas	4.511	4.299
Materiais de embalagem	2.228	1.740
Materiais de manutenção	17.741	14.856
Total	**29.937**	**27.331**

6 Impostos a recuperar

Notas Explicativas

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/26	31/12/25	30/09/26	31/12/25
ICMS a recuperar	-	-	4.646	5.882
IRRF a recuperar	-	-	7.171	1.090
PIS e COFINS a recuperar	-	-	9.470	6.519
ICMS na base do PIS e COFINS	-	-	3.025	3.025
Tributos a recuperar sobre o lucro	12	60	1.515	1.562
Outros tributos a recuperar	-	-	41	49
	12	**60**	**25.868**	**18.127**
Circulante	12	60	25.736	17.869
Não circulante	-	-	132	258

7 Impostos de renda e Contribuição Social

Composição dos impostos diferidos:

			Consolidado		
Diferenças temporárias ativas	**31/12/25**	**Constituição**	**Reversão**	**Compensação**	**30/09/26**
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.287	300	-	-	3.587
Arrendamentos a pagar	545	662	-	-	1.207
Variação Cambial	860	-	(789)	-	71
Provisões p/ perdas (Impairment)	2.748	-	-	-	2.748
Prejuizos fiscais e base negativa (i)	28.783	-	-	-	28.783
Demais provisões operacionais	3.486	-	(1.082)	-	2.404
Ativo Fiscal Diferido	**39.709**	**962**	**(1.872)**	**-**	**38.799**
Diferenças temporárias passivas					
Custo atribuído Imobilizado	(13.149)	-	200	-	(12.949)
Depreciação Atividade Rural	(1.781)	-	211	-	(1.570)
Diferença depreciação fiscal x contábil (vida útil)	(8.621)	(1.326)	-	-	(9.947)
Demais provisões operacionais	(1.141)	(425)	-	-	(1.566)
Passivo Fiscal Diferido	**(24.692)**	**(1.751)**	**411**	**-**	**(26.032)**
Total	**15.017**	**(789)**	**(1.460)**	**-**	**12.768**
Ativo não circulantes	39.709				38.799
Passivo não circulante	(24.692)				(26.031)
Total	**15.017**				**12.768**

(i) A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos mantém o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, com base em projeções de lucros tributáveis fundamentadas em seu plano de reestruturação operacional e financeiro. Este reconhecimento, iniciado em 2025 após a formalização da transação tributária, fundamenta-se em projeções de longo prazo que indicam a reversão integral dos créditos em um prazo estimado de 10 anos, atendendo aos critérios do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, a Administração revisou as premissas de recuperabilidade e concluiu que não houve alterações significativas nas projeções financeiras ou no cenário econômico que comprometessem a realização desses ativos. Dessa forma, os saldos mantêm-se registrados conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Base fiscal	Alíquota	Ativo diferido
Prejuizo Fiscal IRPJ	84.657	25%	21.164
Base negativa CSLL	84.657	9%	7.619
			28.783

Notas Explicativas

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

8 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/26	31/12/25	30/09/26	31/12/25
Despesas antecipadas	93	55	1.062	866
Trava Cambial (a)	-	-	2.168	500
Minupar Participações S.A. (b)	-	-	3.786	3.786
Ajuste a valor justo (b)	-	-	312	1.336
Agostinho Carrer (c)	-	15.769	-	15.769
Outros	-	-	2.409	2.410
(-) Provisão para perda (Impairment) (c)	-	(9.635)	(2.409)	(12.044)
	93	**6.189**	**7.328**	**12.623**
Circulante	93	55	7.305	6.488
Não circulante	-	6.134	23	6.135

a) A Companhia utiliza-se de instrumento financeiro para afastar o risco em relação ao efeito de variação cambial de suas operações realizadas em moeda estrangeira, com isso, reconhece o efeito de ganho ou perda destas operações em rubrica denominada de "trava cambial", a qual indica a diferença entre a taxa de câmbio contratual frente a taxa de câmbio de fechamento do mês. Demais informações sobre os contratos de trava cambial estão demonstrados da nota explicativa nº 23 – Instrumentos financeiros.

b) Em janeiro de 2023 a Companhia celebrou acordo judicial com a empresa Döhler S.A., no âmbito de execuções judiciais relacionadas ao inadimplemento parcial de contrato firmado em 2008. O acordo resultou na devolução de 111.359 ações da Minupar Participações S.A., anteriormente transferidas à Döhler. A restituição direta dos títulos à controladora não foi possível, uma vez que a Minupar não figurou como parte nas referidas ações, sendo a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a titular das ações temporariamente.

O valor reconhecido foi de R$ 3.786 mil, correspondente ao valor nominal das ações à época da dação em pagamento. Em dezembro de 2023, a CVM concluiu que a operação não caracteriza participação recíproca, vedada pelo art. 244 da Lei 6.404/76, autorizando sua negociação no mercado. O acordo foi integralmente quitado, com extinção e arquivamento definitivo dos processos em 2024. As ações transacionadas continuam na posse temporária da Companhia Minuano de Alimentos, e serão destinadas a tempo e modo definidos pela administração. Os valores registrados na rubrica de "Ajuste a valor justo", referem-se ao valor justo do ativo apresentado na rubrica "Minupar Participações S.A.", considerando o valor atual de cotação das ações da Companhia.

c) Em 04 de Outubro de 2019, a Minupar Participações S.A. e sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos celebraram acordo judicial com Agostinho Carrer Participações S.A, Agroaraçá Industria de Alimentos LTDA, Orlando Carrer e Pedro Carrer, para encerramento de litígios judiciais existentes entre as partes. A partir de julho de 2020, mediante solicitação das devedoras, restou ajustado o pagamento apenas dos juros

compensatórios e atualização monetária sobre o saldo devedor, em razão de alegada crise no setor avícola.

Os pagamentos foram interrompidos em novembro de 2022, e em fevereiro de 2023 a Companhia tomou conhecimento do pedido de Recuperação Judicial da Agroaraçá Indústria de Alimentos Ltda. Em razão da incerteza quanto à realização do crédito, a Companhia constituiu uma provisão para redução do ativo ao seu valor realizável.

Em 07 de agosto de 2026, a Companhia celebrou novo acordo com as partes envolvidas, formalizando a quitação do processo. O montante total acordado foi efetivamente recebido pela Companhia em 11 de agosto de 2026. A parcela remanescente, já quitada anteriormente, havia sido objeto de bloqueio judicial no momento do respectivo depósito em razão de uma execução fiscal. Com a homologação e o encerramento do litígio com a contraparte, esse valor foi reclassificado da rubrica de "Outros ativos" para "Depósitos judiciais", permanecendo caucionado ao processo tributário correspondente. Diante da definitiva liquidação do crédito, a provisão para perdas anteriormente constituída foi integralmente revertida no período.

O montante que compõe a rubrica (-) Provisão para perda (Impairment) refere-se a provisão para perda esperada no valor de R$ 2.409, referente ao processo nº 017/1.14.0005983-0 (Cumprimento de Sentença – Ação de Rescisão Contratual), diante das peculiaridades que envolvem cobrança da empresa que ainda se vale de vinculação ao Juízo da sua Recuperação Judicial. O processo segue em curso e, conforme esforços da área jurídica da Companhia, eventuais alterações serão devidamente tratadas e refletidas nas demonstrações contábeis intermediárias.

9 Investimentos

Em 30 de setembro a Companhia é controladora das seguintes empresas:

	Direta		Indireta
	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Cia Minuano de Alimentos
Participação societária (%)	99,986%	99,999%	99,910%
Participação societária Não Controladores (%)	0,014%	0,001%	0,000%

Abaixo, a apresentação dos principais saldos das controladas e movimentação do saldo do investimento:

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

	31/12/2025		
	Sulaves S/A	Valepar S/A	Cia Minuano de Alimentos
Total de ativos circulantes	-	45	244.133
Total de ativos não circulantes	54.826	150.933	183.631
Total do passivo circulante	3.502	12.929	76.875
Total do passivo não circulante	-	-	151.326
Capital social	32.871	79.899	139.227
Patrimônio líquido	51.324	138.049	199.563
Ações possuídas (milhares)	92.812.520	1.634.226.991	-
Percentual de participação direto	99,999%	99,986%	0,000%
Resultado líquido do exercício	124.337	342.574	466.712

	30/09/2026		
	Sulaves S/A	Valepar S/A	Cia Minuano de Alimentos
Total de ativos circulantes	299	864	263.247
Total de ativos não circulantes	63.997	176.186	214.747
Total do passivo circulante	5	21	75.817
Total do passivo não circulante	2.096	9.051	161.776
Capital social	32.871	79.899	139.227
Patrimônio líquido	62.195	167.978	240.401
Ações possuídas (milhares)	92.812.520	1.634.226.991	-
Percentual de participação direto	99,999%	99,986%	0,000%
Resultado líquido do exercício	10.871	29.929	40.838

As movimentações dos investimentos estão apresentadas a seguir:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
	99,986%	99,999%	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(191.562)	(69.517)	(261.079)
Resultado de equivalência patrimonial	342.526	124.336	466.861
Dividendos	(3.978)	(1.078)	(5.055)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	146.986	53.741	200.727
Resultado de equivalência patrimonial	29.929	10.868	40.797
Pagamento de dividendos	(8.951)	(2.425)	(11.376)
Saldo em 30 de setembro de 2026	167.964	62.184	230.148

10 Propriedades para investimento

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

	Consolidado			Consolidado		
	30/09/26			31/12/25		
Grupo	**Custo**	**Deprec.**	**Líquido**	**Custo**	**Deprec.**	**Líquido**
Terrenos	7.741	-	7.741	7.741	-	7.741
Obras civis	24.498	(8.872)	15.626	24.498	(8.614)	15.884
Máquinas e equipamentos	11.391	(9.176)	2.215	11.391	(8.924)	2.467
Outros	289	(260)	29	289	(256)	33
(-) Impairment	(8.081)	-	(8.081)	(8.081)	-	(8.081)
Total	**35.838**	**(18.308)**	**17.530**	**35.838**	**(17.794)**	**18.044**

Os valores das propriedades para investimentos são mensurados pelo método de custo, conforme previsto no CPC 28 – Propriedades para Investimento. Quando disponibilizadas para locação, aplicam-se as disposições do CPC 27 – Ativo Imobilizado, sendo os ativos depreciados de forma linear ao longo de sua vida útil estimada.

Avaliação de recuperabilidade das Propriedades para Investimentos

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se conforme demonstrado no quadro a seguir.

Notas Explicativas

Grupo	Saldos em 31/12/25	Deprec.	Saldos em 30/09/26
Terrenos	7.742	-	7.742
Obras civis	15.884	(258)	15.626
Máquinas e equipamentos	2.466	(253)	2.213
Outros	33	(3)	30
(-) Impairment	(8.081)	-	(8.081)
Total	**18.044**	**(514)**	**17.530**

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável das Propriedades para Investimento, utilizando-se de avaliação de especialistas, e não se identificou necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, foi realizada a análise de fatores internos e externos, e não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

11 Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

Notas Explicativas

		Consolidado 30/09/26				Consolidado 31/12/25		
Grupo	**Taxas**	**Custo**	**Deprec.**	**Líquido**	**Taxas**	**Custo**	**Deprec.**	**Líquido**
Terrenos	-	15.593	-	15.593	-	15.593	-	15.593
Prédios	2,00% - 5,00%	122.953	(39.546)	83.407	2,00% - 5,00%	106.899	(35.850)	71.049
Maq. e Equip.	3,33% - 11,11%	98.994	(51.231)	47.763	3,33% - 11,11%	88.188	(48.044)	40.144
Móveis e utens.	4,76% - 20,00%	6.008	(2.209)	3.799	4,76% - 20,00%	5.004	(1.941)	3.063
Computadores	5,56% - 20,00%	3.056	(1.556)	1.500	5,56% - 20,00%	2.674	(1.310)	1.364
Veículos	7,14% - 10,00%	1.614	(921)	693	7,14% - 10,00%	1.614	(855)	759
Imobil. em Andamento	-	9.224	-	9.224	-	7.466	-	7.466
Outros	-	14	(14)	-	-	14	(14)	-
		257.456	**(95.477)**	**161.979**		**227.452**	**(88.014)**	**139.438**

Em decorrência de transação tributária firmada junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) no exercício de 2025, foram oferecidas como garantias, das rubricas de prédios e terrenos, as matrículas de duas unidades imobiliárias de titularidade da Companhia, no montante de R$ 83.867, correspondente à integralidade do débito transacionado.

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Notas Explicativas

Grupo	Saldos em 31/12/24	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldos em 31/12/25
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	65.428	471	(81)	(3.797)	9.025	71.046
Maquinas e equipamentos	35.366	1.562	(712)	(3.623)	7.553	40.146
Moveis e utensílios	2.564	597	(54)	(319)	275	3.063
Computadores e periféricos	1.219	611	(293)	(319)	146	1.364
Veículos	195	625	-	(61)	-	759
Imobilizações em andamento	8.089	16.399	(22)	-	(16.999)	7.467
Total	**128.454**	**20.265**	**(1.162)**	**(8.119)**	**-**	**139.438**

Grupo	Saldos em 31/12/25	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldos em 30/09/26
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	71.046	206	(8)	(3.715)	15.877	83.406
Maquinas e equipamentos	40.146	1.366	(46)	(3.435)	9.734	47.765
Moveis e utensílios	3.063	502	(19)	(312)	566	3.800
Computadores e periféricos	1.364	381	(1)	(262)	19	1.501
Veículos	759	-	-	(65)	-	694
Imobilizações em andamento	7.467	28.067	(36)	-	(26.278)	9.220
Total	**139.438**	**30.522**	**(110)**	**(7.789)**	**(82)**	**161.979**

Os investimentos realizados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026 concentram-se, principalmente, na execução do projeto voltado à ampliação da capacidade de abate para 200 mil aves por dia e à modernização da área de embalagem de peito de frango, ambos na unidade F1 – Abatedouro. Em 30 de setembro de 2026, os investimentos realizados totalizam R$ 30.300 mil, dos quais R$ 8.963 mil permanecem registrados na rubrica "Imobilizações em andamento", em razão de os projetos ainda não estarem concluídos. Os ativos concluídos durante o período foram reclassificados para os respectivos grupos do ativo imobilizado e passaram a ser depreciados conforme sua entrada em operação.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.
Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

12 Direito de Uso

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui onze contratos classificados na rubrica "Direito de Uso", sendo nove deles referentes a máquinas e equipamentos, e dois imóveis. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

A movimentação do Direito de Uso bem como as informações contratuais, seguem demonstradas no quadro:

	Taxa	Vida útil	Saldos 31/12/25	Novos Contratos	Deprec. Locação	Saldos 30/09/26
Imóveis	16,51%	6	-	294	(80)	214
Máquinas e Equipamentos	17,32%	5	4.806	568	(1.582)	3.792
			4.806	**862**	**(1.662)**	**4.006**

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

13 Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/26	31/12/25	30/09/26	31/12/25
Provisões de férias e 13º	-	-	20.533	12.347
Provisões PLR	-	-	4.569	7.719
Salários a pagar	235	211	4.869	4.615
Outras obrigações a pagar	-	-	481	317
Total	**235**	**211**	**30.452**	**24.998**

14 Arrendamentos a pagar

Composição dos arrendamentos a pagar:

	Consolidado	Consolidado
	30/09/26	31/12/25
Arrendamentos a pagar	5.416	6.559
(-) Encargos a apropriar	(969)	(1.503)
Total	**4.447**	**5.056**
Circulante	2.371	1.749
Não Circulante	2.076	3.307

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	Arrendamentos a pagar	(-) Encargos a apropriar	Total
2026	760	(201)	**559**
2027	2.970	(572)	**2.398**
2028	1.422	(166)	**1.256**
2029	176	(25)	**151**
2030	88	(4)	**84**
Total	**5.416**	**(969)**	**4.447**

Movimentação dos arrendamentos a pagar:

Saldo em 31 de dezembro de 2025	**5.056**
(+) Remensuração	20
(+) Novos contratos	861
(+) Encargos	696
(-) Contraprestação	(2.185)
Saldo em 30 de setembro de 2026	**4.448**

15 Obrigações tributárias

Notas Explicativas

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/26	31/12/25	30/09/26	31/12/25
INSS a recolher	28	37	2.694	2.411
FGTS a recolher	-	-	688	1.008
IRRF a recolher	37	55	243	697
IRPJ a recolher	-	-	-	1.222
CSLL a recolher	-	-	440	455
Impostos Retidos	-	-	46	49
ICMS a recolher	-	-	470	1.070
Outros	-	-	61	55
Total	**65**	**92**	**4.642**	**6.967**

As obrigações tributárias demonstradas no quadro acima, referem-se a impostos e contribuições sobre operações correntes. É importante destacar que, em virtude da transação tributária firmada junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em 2025 (nota explicativa 16 – Parcelamentos Tributários), a Companhia regularizou integralmente seu passivo fiscal. Dessa forma, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, não constam débitos inscritos em dívida ativa, refletindo a plena regularidade fiscal e o cumprimento das obrigações firmadas.

16 Parcelamentos Tributários

	Controladora		Consolidado	
	30/09/26	31/12/25	30/09/26	31/12/25
PERT (a)	-	-	6.048	6.844
Lei 12.996/14 (b)	111	133	8.052	9.689
Transação Tributária (c)	-	-	87.824	83.867
FGTS	-	-	2.681	3.146
Ordinário	-	-	217	298
Total	111	133	104.822	103.844
Circulante	35	34	9.714	8.740
Não Circulante	76	99	95.108	95.104

(a) Pert

A Companhia aderiu ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea "b") e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea "b").

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, a seguir, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

Total dos débitos incluídos no PERT	**56.548**	**(i)**
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218)	**(iii)**
(-) Compensação com prejuizo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845)	**(ii)**
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2025	(21.623)	
(+) Atualização Selic até dezembro de 2025	4.982	
Saldos remanescentes em 31 de dezembro de 2025	**6.844**	
(+) Atualização Selic de Jan-26 até Set-26	513	
(-) Pagamentos efetuados de Jan-26 até Set-26	(1.309)	
Saldos remanescentes em 30 de setembro de 2026	**6.048**	
Circulante	2.028	
Não circulante	4.020	

(i) O montante de R$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da Receita Federal do Brasil	Débitos Previdenciários	8.078
	Demais Débitos	1.729
Procuradoria Geral da Fazenda	Débitos Previdenciários	856
	Demais Débitos	45.885
	Total	**56.548**

(ii) O montante de R$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea "b", da Lei 13.496/17:

Notas Explicativas

No quadro a seguir, consta a memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia %	Anistia R$
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Débitos Previdenciários	Principal	430	(86)	344	-	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais Débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
		Total	**46.741**	**(9.349)**	**37.392**		**25.218**

As dívidas parceladas na esfera da Receita Federal do Brasil não tiveram anistia de valores referente a multa, juros e encargos legais.

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

(b) Refis da Crise - Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei n° 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela Receita Federal do Brasil – RFB e procuradoria geral da fazenda nacional – PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia – SELIC.

Apresentamos no quadro o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	**76.297**
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	**27.900**
Amortização líquida até 30/09/2026	(19.849)
Saldo remanescente em 30/09/2026	**8.051**
Circulante	2.542
Não circulante	5.509

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, por meio da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, por meio da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

(c) Transação tributária

Em abril de 2025, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, formalizou o termo de transação tributária individual junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da Portaria PGFN nº 6.757/2022.

No quadro é apresentada a posição atualizada do referido parcelamento, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026:

	Débitos previdenciários	Demais débitos	Total
Valor original	294.659	222.089	516.748
Descontos Legais	(187.635)	(143.741)	(331.376)
Utilização PF e BCN	(74.917)	(32.424)	(107.341)
	32.107	**45.925**	**78.031**
(+) Atualização Selic até Set/26			15.711
(-) Pagamentos efetuados até Set-26			(5.918)
Saldo remanescente em 30 de setembro de 2026			**87.824**
Circulante			4.214
Não Circulante			83.610

O demonstrativo a seguir, reflete os pagamentos futuros com base no valor original homologado, considerando a redução das parcelas nos três primeiros anos, de acordo com os benefícios previstos na Portaria PGFN/MF nº 1.032/2024 (Transação SOS-RS):

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	Total
Previdenciários	-	1.744	13.135	16.738	3.962	-	-	-	-	-	35.578
Demais débitos	1.315	3.123	5.861	6.719	6.719	6.719	6.719	6.719	6.719	1.635	52.245
	1.315	**4.866**	**18.996**	**23.457**	**10.680**	**6.719**	**6.719**	**6.719**	**6.719**	**1.635**	**87.824**

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

17 Apuração da alíquota efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social

No quadro a seguir se demonstra a conciliação entre a despesa calculada pela aplicação da alíquota fiscal nominal frente a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada no demonstrativo de resultado:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/26	31/12/25	30/09/26	31/12/25
Lucro antes do IR e CS	**49.375**	**459.624**	**61.025**	**391.711**
Aliquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à aliquota nominal	**(16.788)**	**(156.272)**	**(20.749)**	**(133.182)**
Resultado de participações societárias	13.871	157.014	-	-
Descontos Legais Transação Tributária	-	-	-	112.668
Juros sobre capital próprio	-	-	-	2.055
Outras diferenças permanentes	2.917	(742)	9.142	75
Prejuízos anteriores não constituídos	-	51.000	-	142.781
Despesa efetiva de IR e CSLL	**-**	**51.000**	**(11.607)**	**124.398**
IRPJ e CSLL - Diferido	-	51.000	(2.248)	137.955
IRPJ e CSLL - Corrente	-	-	(9.359)	(13.557)
Alíquota de imposto efetiva	**0%**	**11%**	**19%**	**32%**

18 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/26	31/12/25	30/09/26	31/12/25
Processos judiciais a pagar	-	-	223	1.418
Provisões de despesas	-	-	594	1.321
Seguros a pagar	115	41	214	175
Dividendos a pagar (a)	64	9.226	64	14.288
Outras obrigações	1.019	1.022	1.135	1.019
Total	**1.198**	**10.289**	**2.230**	**18.221**

a) O valor registrado nesta rubrica corresponde aos dividendos mínimos obrigatórios calculados sobre o lucro líquido ajustado do exercício de 2025, conforme descrito na nota explicativa nº 21g) – Patrimônio Líquido. Tais dividendos foram pagos no 2º trimestre de 2026.

19 Partes relacionadas

a) Remuneração dos administradores

A Companhia e suas controladas adotam a prática de aprovação da remuneração global anual dos administradores em Assembleia Geral Ordinária, sendo que na Minupar a remuneração aprovada é individualizada em Reunião do Conselho de Administração. O valor

global anual é o limite máximo a ser observado durante o ano e não, efetivamente, os valores realizados.
No quadro a seguir apresentamos a remuneração da Administração recebida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026 em comparação ao mesmo período de 2025:

	30/09/26		30/09/25	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Conselho de adm e fiscal	619	619	391	391
Diretoria executiva	249	4.657	160	2.909

b) Operações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
Ativo não circulante	**30/09/26**	**31/12/25**	**30/09/26**	**31/12/25**
Companhia Minuano (a)	54.119	43.345	-	-
Total	**54.119**	**43.345**	**-**	**-**

Passivo não circulante	**30/09/26**	**31/12/25**	**30/09/26**	**31/12/25**
Mútuo Contingente (b)	49.829	49.829	49.829	49.829
Total	**49.829**	**49.829**	**49.829**	**49.829**

a) Crédito oriundo da transferência de prejuízo fiscal da controladora Minupar Participações S/A para compensação de débitos tributários da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, conforme termo de transação tributária firmado com a PGFN. Ressalta-se que não houve transferência financeira entre as partes, sendo o montante registrado como direito de reembolso entre partes relacionadas.

b) Em relação à Rubrica "Mútuo contingente", encontra-se registrado contrato de mútuo firmado com acionista e ex-administrador, cujo saldo totaliza R$ 49.829. Esse passivo foi originalmente reconhecido no passivo não circulante no primeiro trimestre de 2012, com base nas condições contratuais vigentes, tendo como valor original R$ 1.365, acrescido de juros remuneratórios de 2,34% ao mês, e um prazo de vencimento de 24 meses.

Divergências contratuais originaram a Execução de Título Extrajudicial nº 5002118-55.2017.8.21.0017, ajuizada contra a Companhia em 16/12/2016, visando a cobrança integral do mútuo (principal e encargos). Em resposta, a Companhia apresentou Embargos à Execução nº 5002113-33.2017.8.21.0017, que foram recebidos sem efeito suspensivo. O processo de execução foi extinto sem resolução de mérito em outubro de 2024, e diante da incapacidade da parte autora em comprovar as condições do contrato, em 13 de novembro de 2024, foi deliberada a baixa definitiva do processo judicial nº 5002118-55.2017.8.21.0017.
Em outubro de 2024, a Companhia tomou conhecimento de uma nova ação ajuizada pelo mutuante (Execução de Título Extrajudicial nº 5012460-81.2024.8.21.0017 – "Segunda Execução"), visando à cobrança do valor principal, atualizado com índices

inferiores aos estipulados no contrato original. O valor da causa da Segunda Execução foi de R$ 8.229, correspondente ao montante histórico de R$ 1.365 atualizado monetariamente pelo IGP-M, e acrescido de juros remuneratórios de 1% ao mês desde a assinatura do contrato, em 22/03/2012. O montante atualizado até o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026 é de R$ 9.853.

Considerando que a nova demanda judicial ajuizada delimita a cobrança a um montante significativamente inferior ao originalmente apurado com base nas premissas contratuais, a Companhia, respaldada por pareceres técnicos especializados, permanecerá contabilizando o valor de R$ 49.829, por representar a avaliação mais prudente da exposição da Companhia e se mostrar suficiente para cobrir integralmente a eventual desembolso para a liquidação desta obrigação.

Esta decisão decorre da avaliação da complexidade jurídica do tema e da incerteza associada aos potenciais desdobramentos processuais. Além disso, esta abordagem evidencia uma gestão conservadora, atenta às implicações financeiras relacionadas ao montante deste débito e às melhores práticas contábeis.

A Administração ressalta que quaisquer alterações futuras nas condições jurídicas do processo serão avaliadas tempestivamente, com os respectivos reflexos contábeis e divulgação apropriada.

20 Provisão para contingência

a) Contingências Passivas

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando necessário, tais discussões foram amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 foram apuradas as seguintes provisões para contingências:

	Consolidado	
Natureza	**30/09/26**	**31/12/25**
Trabalhista	9.212	7.869
Cível	987	1.458
Tributária	350	342
Total	**10.549**	**9.669**

A movimentação consolidada das provisões para contingências apresenta-se da seguinte forma:

	Saldos iniciais 31/12/25	Provisões	Reversões	Saldos finais 30/09/26
Contingências Trabalhistas	7.869	3.143	(1.800)	9.212
Contingências Civeis	1.458	117	(588)	987
Contingências Tributárias	342	27	(20)	350
Total	**9.669**	**3.288**	**(2.408)**	**10.549**

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, processos judiciais com probabilidade de risco de perda "possível" na quantia de R$ 31.427 (R$ 37.105 em 31 de dezembro de 2025), destes, R$ 888 (R$ 13.507 em 31 de dezembro de 2025) são relativos à natureza cível e R$ 30.479 (R$ 23.541 em 31 de dezembro de 2025) são relativos à natureza trabalhista.

No âmbito trabalhista, especialmente em razão do segmento de atuação de controlada, a Companhia figura como reclamada em demandas que, em geral, envolvem pedidos de reconhecimento de horas extras e respectivos reflexos, questionamentos quanto à validade de regimes de compensação de jornada, indenizações decorrentes de alegados acidentes de trabalho, entre outras.

Em relação às ações de natureza cível, a Companhia e suas controladas podem figurar em discussões relacionadas a temas rotineiros de suas operações, tais como pedidos de indenização por supostas cobranças ou inscrições indevidas em cadastros de inadimplentes, alegações de descumprimento contratual e pleitos de reparação por danos morais e materiais, dentre outros.

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas nº 15 e 16.

21 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia é de R$ R$ 120.107.800 (cento e vinte milhões, cento e sete mil e oitocentos reais), representado por 71.001.000 (setenta e um milhões, um mil) ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas por meio das NBC TGs aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva legal

Constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício social de 2025, até o limite de 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei nº 11.638/07.

d) Subvenções governamentais

A controlada indireta possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Destaca-se que tal benefício, concedido como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, não é cumulativo, e sua utilização somente é permitida nos períodos em que a controlada não apurar saldo credor de ICMS.

Até o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, o saldo acumulado do incentivo fiscal totaliza a quantia de R$ 6.234, e sua apuração ocorreu ao longo do exercício de 2022, conforme demonstrado em rubrica destacada no Patrimônio Líquido denominada "Reserva de Incentivos Fiscais".

e) Reserva de Investimento

Em conformidade com o estatuto social da Companhia, a Reserva de Investimento e Capital de Giro tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. O montante é formado com a parcela de 10% do saldo do lucro ajustado no exercício de 2025, após dele deduzido o dividendo obrigatório. O limite máximo da reserva de investimento não pode exceder, em conjunto com a Reserva Legal, o valor do Capital Social.

f) Reserva de Contingências – Eventos Climáticos

Em conformidade com o disposto no artigo 195 da Lei nº 6.404/76 e com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia constituiu Reserva de Contingências com o objetivo de reter parcela do lucro líquido do exercício de 2025 para compensar, em exercícios futuros, eventuais perdas decorrentes de eventos climáticos extremos, notadamente enchentes, cujo fato gerador é conhecido e cuja ocorrência ou impacto financeiro dependem de eventos futuros incertos.

A constituição da referida reserva decorre da avaliação da Administração acerca dos riscos associados à recorrência de eventos climáticos severos que possam afetar as operações, ativos e infraestrutura da Companhia, considerando, entre outros fatores, a localização de determinadas unidades operacionais em áreas suscetíveis a alagamentos, bem como o histórico recente de eventos climáticos adversos.

O montante destinado à Reserva de Contingências foi definido com base em estimativas razoáveis elaboradas pela Administração, não representando o reconhecimento de provisão ou passivo, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Reserva de Contingências será revertida para o resultado do exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou quando da efetiva materialização dos eventos que deram origem à sua constituição, em conformidade com a legislação societária vigente.

g) Dividendos

De acordo com o art. 189 da Lei 6.404/76, o lucro líquido é absorvido pela conta de prejuízos acumulados, e quando aplicável, observando o estatuto da Companhia, os acionistas terão direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante ao disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício de 2025, impactado positivamente pelos efeitos da formalização do termo de transação tributária por parte da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a Companhia apurou lucro líquido suficiente para reverter integralmente o saldo de prejuízos acumulados, tornando-se possível a proposta de distribuição de dividendos.

Dessa forma, a Administração propôs a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, calculados com base no lucro líquido ajustado do exercício de 2025, cuja deliberação foi submetida e aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em abril de 2026.

A seguir é apresentada a reconciliação dos dividendos distribuídos, conforme nota explicativa nº 18 – Outros passivos.

	31/12/25	
Lucro líquido do exercício	510.624	
(-) Prejuízos acumulados	(471.777)	
(-) Reserva legal (5%)	(1.942)	
Lucro base dividendos	36.904	
Dividendos mínimos obrigatórios na controladora (25%)	**9.226**	
Dividendos atribuíveis aos acionistas não controladores das controladas	5.062	(i)
Dividendos totais consolidados	**14.288**	

(i) A apuração do dividendo mínimo obrigatório é realizada individualmente por cada empresa do grupo, em conformidade com as disposições de seus respectivos estatutos sociais e com a legislação societária vigente. No consolidado, o montante apresentado inclui não apenas os dividendos mínimos obrigatórios atribuíveis aos acionistas da controladora, mas também os valores atribuíveis aos acionistas não controladores das sociedades controladas. Nas controladas Sulaves S/A e Valepar S/A, o estatuto social estabelece prioridade na distribuição de dividendos aos detentores de ações preferenciais antes da apuração do dividendo mínimo aplicável às ações ordinárias, o que impacta a composição do montante consolidado apresentado. O pagamento dos dividendos foi realizado no 2º trimestre de 2026.

22 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos.
A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui a cobertura de seguros para as unidades Granjas, Incubatório e sede administrativa, e considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros.

As unidades fabris, localizadas às margens do rio Taquari, tiveram elevação relevante nos custos de contratação de seguros em decorrência dos eventos climáticos que atingiram suas estruturas, e, além disso, as apólices disponíveis não contemplam cobertura para enchentes e/ou ciclones. Tais situações acabam por inviabilizar a contratação de novos seguros, porém, a Companhia segue adotando medidas de gerenciamento de riscos, realização de adequações, e na busca por um custo razoável nas novas apólices.
As informações relacionadas aos seguros contratados foram obtidas da Administração da Companhia e não foram objeto de procedimentos específicos por parte dos auditores independentes.

23 Instrumentos financeiros

A Administração desses instrumentos é efetuada pela controlada indireta, por meio de controles internos que visam assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.
A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado.

A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) **Risco de crédito:** É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes. Este risco é mitigado pelas políticas de análise e revisão periódica de cadastros para liberação de crédito, assim como políticas de cobrança de clientes. A exposição ao risco de crédito segue demonstrada nas notas explicativas número 4 – Contas a receber; 8 – Outros Ativos, e 19 – Partes Relacionadas.

b) **Análise de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, linhas de crédito disponíveis e monitoramento contínuo dos fluxos de caixa projetados, assegurando o cumprimento de suas obrigações nos prazos contratados.
A tabela a seguir apresenta a análise de liquidez dos passivos financeiros da Companhia, considerando os fluxos de caixa contratuais não descontados, agrupados por faixas de vencimento.

Notas Explicativas

	Controladora				
	Saldo contábil	Fluxo projetado	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	221	221	221	-	-
Arrendamentos (NE 14)	-	-	-	-	-
Partes Relacionadas (NE 19b)	49.829	49.829	-	-	49.829
Parcelamentos Tributários (NE 16)	111	141	37	40	64
Outros Passivos (NE 18)	1.134	1.134	1.134	-	-
Total	**51.295**	**51.325**	**1.392**	**40**	**49.893**

	Consolidado				
	Saldo contábil	Fluxo projetado	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	23.116	23.116	23.116	-	-
Arrendamentos (NE 14)	4.447	5.417	3.038	2.296	83
Partes Relacionadas (NE 19b)	49.829	49.829	-	-	49.829
Parcelamentos Tributários (NE 16)	104.822	135.766	10.712	16.791	108.263
Outros Passivos (NE 18)	2.230	2.230	2.230	-	-
Total	**184.444**	**216.358**	**39.096**	**19.087**	**158.175**

c) **Risco de preço**: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, monitoram continuamente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar movimentos de preços e ajustar suas estratégias a fim de minimizar os riscos;

d) **Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 34,60% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. A Companhia realiza análises e acompanhamentos periódicos do saldo de recebíveis em dólar, e os contratos de trava cambial não vinculados às operações, são efetuados pontualmente para mitigar os riscos da variação cambial.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos possui 20 contratos de trava cambial ativos em 30 de setembro de 2026, totalizando o montante de US$ 6.000. Tais contratos possuem taxas que variam de R$ 5,06 a R$ 5,90, e prazos de liquidação que podem variar entre 3 e 48 meses.

Notas Explicativas

No consolidado, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros vinculados ao dólar, compostos por caixa e equivalentes de caixa e por contas a receber de clientes no mercado externo, apresentam a seguinte composição:

2025						
Contas a receber	**Vlr em USD**	**Taxa Média**	**Valor Justo**	**Taxa Efetiva**	**Valor em R$**	**Efeito Trava**
Recebíveis com trava	4.227	5,6200	23.754	5,5018	23.254	500
Recebíveis sem trava	5.413	5,5018	29.780	5,5018	29.780	-
Total	**9.639**		**53.534**		**53.034**	**500**

30/09/2026						
Contas a receber	**Vlr em USD**	**Taxa Média**	**Valor Justo**	**Taxa Efetiva**	**Valor em R$**	**Efeito Trava**
Recebíveis com trava	6.000	5,5417	33.250	5,1803	31.082	2.168
Recebíveis sem trava	4.937	5,1803	25.576	5,1803	25.576	-
Total	**10.937**		**58.826**		**56.658**	**2.168**

Análise de sensibilidade

O critério adotado pela Companhia para realizar a análise de sensibilidade, leva em consideração o saldo do contas a receber e bancos em moeda estrangeira (dólar), os contratos de trava cambial vigentes e taxa do fechamento de câmbio do dia 30 de setembro de 2026, a qual indica o montante consolidado de R$ 58.826.

Como cenário base, foi considerada a taxa cambial de fechamento em 30 de setembro de 2026, e a partir desse cenário, foram simulados aumentos adicionais de 10% e 20% na taxa de câmbio.
O cenário de aumento de 10% representa uma variação moderada da taxa de câmbio, compatível com oscilações frequentes do mercado, enquanto o cenário de aumento de 20% reflete uma variação mais adversa, porém ainda razoavelmente possível, utilizada para demonstrar a sensibilidade da

Notas Explicativas

exposição cambial da Companhia a impactos mais relevantes. Esses percentuais são amplamente utilizados como referência para fins de divulgação contábil, permitindo maior transparência e comparabilidade das informações financeiras, e foram definidos com base na avaliação da volatilidade histórica da taxa de câmbio do dólar observada nos últimos cinco anos, período no qual se verificaram oscilações compatíveis com os cenários de variação considerados pela Companhia.

O quadro a seguir demonstra o impacto estimado no resultado e no patrimônio líquido das variações sobre os saldos de contas a receber, câmbios a liquidar e instrumentos de proteção cambial existentes no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026.

Contas a receber	Taxa de fechamento	Saldo em U$ 30/09/2026	Taxa esperada	Efeito esperado	Aumento em 10% (R$)	Aumento em 20% (R$)
Bancos moeda estrangeira	5,1803	1.338	5,1803	-	693	1.386
Câmbios a liquidar	5,1803	8.790	5,1803	-	4.553	9.107
Contas a receber	5,1803	2.147	5,1803	-	1.112	2.225
Travas Cambiais	5,5417	(6.000)	5,1803	2.168	(940)	(4.048)
Total		**6.275**		**2.168**	**5.419**	**8.670**

e) **Risco de taxas de juros**: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

A exposição ao risco de taxa de juros está relacionada, principalmente, às aplicações financeiras remuneradas pelo CDI e às obrigações tributárias e parcelamentos tributários atualizados pela taxa Selic. Considerando que o CDI apresenta elevada correlação histórica e comportamento muito próximo ao da taxa Selic, a Administração avalia o risco de variação das taxas de juros de forma conjunta, adotando uma abordagem consolidada para fins de análise de sensibilidade. Os cenários de sensibilidade foram elaborados com base nas expectativas de mercado divulgadas no Relatório Focus do Banco Central do Brasil, na data-base de 30 de setembro de 2026.

Notas Explicativas

O quadro a seguir demonstra os ativos e passivos consolidados, sujeitos à variação das taxas de juros, bem como o efeito estimado no resultado e no patrimônio líquido decorrente dos cenários considerados, evidenciando que a Companhia apresenta exposição líquida passiva às oscilações das taxas, em função, principalmente, do volume de parcelamentos tributários.

Contas a receber	Taxa de juros	Saldo em 30/09/2026	Taxa esperada	Efeito esperado	Aumento em 10%	Aumento em 20%
Aplicações financeiras	CDI	84.014	13,25%	11.132	12.245	13.358
Obrigações tributárias	Selic	(4.642)	13,25%	(615)	(677)	(738)
Parcelamentos tributários	Selic	(104.822)	13,25%	(13.889)	(15.278)	(16.667)
Total		**(25.450)**		**(3.372)**	**(3.709)**	**(4.047)**

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

24 Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026 em comparação ao mesmo período de 2025:

	2026		2025	
	Jul - Set	Jan - Set	Jul - Set	Jan - Set
Receita bruta de produtos e serviços	**118.087**	**363.872**	**109.145**	**339.648**
Produtos industrializados	55.924	169.680	51.803	166.275
Serviço de Industrialização	62.163	194.192	57.342	173.373
(-) Deduções da Receita Bruta	**(4.184)**	**(12.575)**	**(4.223)**	**(12.681)**
(-) Produtos industrializados	(3.195)	(9.625)	(3.269)	(9.844)
(-) Serviço de Industrialização	(989)	(2.950)	(954)	(2.837)
Receita líquida de produtos e serviços	**113.903**	**351.297**	**104.923**	**326.967**
Produtos industrializados	52.730	160.056	48.535	156.431
Serviço de Industrialização	61.173	191.241	56.388	170.536

25 Despesas por função e por natureza

A seguir estão apresentadas as despesas por função e por natureza:

	Controladora			
	2026		2025	
	Jul - Set	Jan - Set	Jul - Set	Jan - Set
Despesas por função				
Despesas gerais e administrativas	(450)	(1.577)	(334)	(1.297)
Total	**(450)**	**(1.577)**	**(334)**	**(1.297)**
Despesas por natureza				
Despesas com pessoal	(400)	(1.057)	(280)	(716)
Serviço de terceiros	(21)	(312)	(24)	(441)
Outros gastos	(29)	(208)	(30)	(140)
Total	**(450)**	**(1.577)**	**(334)**	**(1.297)**

	Consolidado			
	2026		2025	
	Jul - Set	Jan - Set	Jul - Set	Jan - Set
Despesas por função				
Custos	(86.021)	(262.452)	(78.881)	(234.779)
Despesas gerais e administrativas	(6.856)	(19.289)	(4.833)	(19.650)
Despesas com vendas	(7.041)	(20.305)	(5.044)	(14.539)
Total	**(99.918)**	**(302.046)**	**(88.758)**	**(268.968)**
Despesas por natureza				
Despesas com pessoal	(46.548)	(142.928)	(42.086)	(120.482)
Matéria Prima e materiais	(21.119)	(65.507)	(18.552)	(60.503)
Energia eletrica	(4.517)	(13.726)	(4.703)	(14.312)
Manutenção Industrial	(6.139)	(18.475)	(6.318)	(16.582)
Serviço de terceiros	(6.357)	(18.130)	(3.658)	(21.760)
Depreciações	(3.701)	(10.054)	(2.651)	(7.373)
Combustíveis e lubrificantes	(1.345)	(3.798)	(1.362)	(3.598)
Equipamento de proteção	(903)	(2.871)	(867)	(2.658)
Análises laboratoriais	(750)	(2.015)	(576)	(1.653)
Fretes	(5.404)	(15.382)	(3.296)	(10.198)
Locações/Aluguéis	(394)	(1.197)	(475)	(1.238)
Custos aduaneiros	(611)	(1.889)	(1.102)	(3.058)
Outros gastos	(2.130)	(6.074)	(3.112)	(5.553)
Total	**(99.918)**	**(302.046)**	**(88.758)**	**(268.968)**

26 Outras despesas e receitas operacionais

A seguir demonstramos o detalhamento consolidado das outras despesas e receitas operacionais.

Notas Explicativas

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

	2026		2025	
	Jul - Set	Jan - Set	Jul - Set	Jan - Set
Outras despesas operacionais				
Provisões/Reversões de contingencias	(1.239)	(3.135)	(1.193)	(4.076)
Custo na alienação de ativos	(26)	(57)	(2)	(520)
Reversão de créditos tributários	(16)	(59)	(32)	(103)
Despesas fábricas inativas	(201)	(694)	(208)	(837)
Demais despesas operacionais	(225)	(286)	(212)	166
Total	**(1.707)**	**(4.231)**	**(1.647)**	**(5.370)**
Outras receitas operacionais				
Créditos Fiscais	832	1.836	810	1.317
Venda de sucata e lenha	82	616	38	807
Receita de aluguel	339	983	274	775
Recuperação de Despesas (a)	593	10.579	23	10.958
Anistia transação tributária	-	-	-	109.211
Total	**1.846**	**14.014**	**1.145**	**123.068**
Variação líquida	**139**	**9.783**	**(502)**	**117.698**

(a) Parte do valor registrado nesta rubrica, R$ 10.158 mil, corresponde à reversão da provisão para perda sobre o crédito decorrente do acordo judicial celebrado com Agostinho Carrer Participações S.A., em razão da efetiva realização, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 8c) – Outros Ativos.

27 Resultado financeiro

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, as despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora			
	2026		2025	
	Jul - Set	Jan - Set	Jul - Set	Jan - Set
Despesas financeiras				
Juros/encargos dívidas tributárias	(1)	(5)	(3)	(24)
Variações cambiais passivas	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	(8)	(11)	(8)	(13)
Total	**(9)**	**(16)**	**(11)**	**(37)**
Receitas financeiras				
Variações cambiais ativas	-	-	-	-
Receita Aplicação Financeira	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	-	14	18	36
Total	**-**	**14**	**18**	**36**
Resultado financeiro	**(9)**	**(2)**	**7**	**(1)**

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

	Consolidado			
	2026		2025	
	Jul - Set	Jan - Set	Jul - Set	Jan - Set
Despesas financeiras				
Juros/encargos dívidas tributárias	(3.126)	(8.228)	(3.209)	(12.201)
Variações cambiais passivas	(1.210)	(6.333)	(1.352)	(11.152)
Outras despesas financeiras	(982)	(3.037)	(501)	(1.927)
Total	**(5.318)**	**(17.598)**	**(5.062)**	**(25.280)**
Receitas financeiras				
Variações cambiais ativas	1.500	5.373	272	6.567
Receita Aplicação Financeira	5.180	13.716	1.160	1.160
Anistia Transação Tributária	-	-	-	222.165
Outras receitas financeiras	154	500	1.952	2.432
Total	**6.834**	**19.589**	**3.384**	**232.324**
Resultado financeiro	**1.516**	**1.991**	**(1.678)**	**207.044**

28 Informações por segmento

A Companhia, por meio de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de produtos industrializados à base de carnes, nos mercados interno e externo;
b) Serviços de Frigorífico – Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes da prestação de serviços de frigorífico, incluindo abate e desossa de aves.

No quadro a seguir, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 30 de setembro de 2025:

Resultado Trimestral – Julho a Setembro

Notas Explicativas

	Industrializados		Serviços e Processamentos		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
Receita bruta	**55.924**	**54.773**	**62.163**	**54.371**	**-**	**-**	**118.087**	**109.144**
Impostos e devoluções	(3.195)	(3.542)	(989)	(679)	-	-	(4.184)	(4.221)
Receita líquida	**52.729**	**51.231**	**61.174**	**53.692**	**-**	**-**	**113.903**	**104.923**
Custos	(34.765)	(31.654)	(51.256)	(47.227)	-	-	(86.021)	(78.881)
Lucro bruto	**17.964**	**19.577**	**9.918**	**6.465**	**-**	**-**	**27.882**	**26.042**
Desp. Administrativas	-	-	-	-	(6.856)	(4.833)	(6.856)	(4.833)
Desp. com Vendas	(7.041)	(5.044)	-	-	-	-	(7.041)	(5.044)
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	-	(1.707)	(1.647)	(1.707)	(1.647)
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-	1.846	1.145	1.846	1.145
Resultado Intermediário	**10.923**	**14.533**	**9.918**	**6.465**	**(6.717)**	**(5.335)**	**14.124**	**15.663**
Desp. Financeiras	-	-	-	-	(5.318)	(5.062)	(5.318)	(5.062)
Rec. Financeiras	-	-	-	-	6.834	3.384	6.834	3.384
Resultado antes Tributos	**10.923**	**14.533**	**9.918**	**6.465**	**(5.201)**	**(7.013)**	**15.640**	**13.985**
CSLL e IRPJ Correntes	-	-	-	-	(4.165)	(4.078)	(4.165)	(4.078)
CSLL e IRPJ Diferido	-	-	-	-	1.571	235	1.571	235
Resultado líquido	**10.923**	**14.533**	**9.918**	**6.465**	**(7.795)**	**(10.856)**	**13.046**	**10.142**
Atribuído a acionistas controladores							13.033	10.132
Atribuído a acionistas não controladores							13	10

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

Resultado Acumulado – Janeiro a Setembro

	Industrializados		Serviços e Processamentos		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
Receita bruta	**169.682**	**174.980**	**194.191**	**164.668**	**-**	**-**	**363.873**	**339.648**
Impostos e devoluções	(9.626)	(10.648)	(2.950)	(2.033)	-	-	(12.576)	(12.681)
Receita líquida	**160.056**	**164.332**	**191.241**	**162.635**	**-**	**-**	**351.297**	**326.967**
Custos	(107.287)	(97.412)	(155.165)	(137.367)	-	-	(262.452)	(234.779)
Lucro bruto	**52.769**	**66.920**	**36.076**	**25.268**	**-**	**-**	**88.845**	**92.188**
Desp. Administrativas	-	-	-	-	(19.289)	(19.650)	(19.289)	(19.650)
Desp. com Vendas	(20.305)	(14.539)	-	-	-	-	(20.305)	(14.539)
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	-	(4.231)	(5.370)	(4.231)	(5.370)
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-	14.014	123.068	14.014	123.068
Resultado Intermediário	**32.464**	**52.381**	**36.076**	**25.268**	**(9.506)**	**98.048**	**59.034**	**175.697**
Desp. Financeiras	-	-	-	-	(17.598)	(25.280)	(17.598)	(25.280)
Rec. Financeiras	-	-	-	-	19.589	232.324	19.589	232.324
Resultado antes Tributos	**32.464**	**52.381**	**36.076**	**25.268**	**(7.515)**	**305.092**	**61.025**	**382.741**
CSLL e IRPJ Correntes	-	-	-	-	(9.359)	(12.187)	(9.359)	(12.187)
CSLL e IRPJ Diferido	-	-	-	-	(2.248)	143.360	(2.248)	143.360
Resultado líquido	**32.464**	**52.381**	**36.076**	**25.268**	**(19.122)**	**436.265**	**49.418**	**513.914**
Atribuído a acionistas controladores							49.377	513.444
Atribuído a acionistas não controladores							41	470

29 Lucro líquido por ação

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 – resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro líquido por ação consolidado, em milhares de Reais, acumulado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026.

	2026		2025	
	Jul - Set	Jan - Set	Jul - Set	Jan - Set
Quantidade de ações	71.001	71.001	7.100	7.100
Lucro líquido do exercício	13.046	49.418	10.141	513.914
Lucro líquido diluído por ação	0,18374	0,69602	1,42831	72,38225

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

30 Outros assuntos

30.1 Alterações na jornada de trabalho – Escala 6x1

Em 16 de outubro de 2026, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 141, que dispõe sobre alterações no regime de jornada de trabalho, incluindo a transição da escala 6x1 para a escala 5x2, sem redução salarial. A Administração da Companhia acompanha a matéria com o objetivo de avaliar seus potenciais impactos operacionais, trabalhistas e econômico-financeiros.

Embora o período de transição legal já tenha iniciado com a promulgação da referida Emenda, as diretrizes de implementação operacional e os eventuais desdobramentos via negociações coletivas permanecem em processo de estruturação e alinhamento. Diante disso, não há nenhum impacto reconhecido nas demonstrações contábeis intermediárias relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026.

30.2 Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que estabelece significativas mudanças no sistema tributário nacional. O modelo da reforma tributária está baseado em um IVA - Imposto sobre Valor Agregado, o qual deve incidir apenas sobre o valor adicionado em cada etapa da produção, descontando o que foi taxado nas etapas anteriores, e evitando a cumulatividade na cobrança dos tributos ao longo das cadeias produtivas. O IVA será repartido em duas competências, sendo uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado o IS - Imposto Seletivo de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.
Com o início do período de transição em 2026, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia concentrou-se na conformidade dos sistemas de TI e processos

Notas Explicativas

fiscais para a convivência com o modelo híbrido de tributação, assegurando que a emissão de documentos e a apuração dos tributos ocorram em estrita observância às normas de transição da CBS e do IBS vigentes para este exercício.

A Companhia segue monitorando o tema e realizando os levantamentos necessários, não havendo, até o momento, efeitos reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos
Acionistas e Administradores da
Minupar Participações S.A.
Lajeado - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Minupar Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 13 de novembro de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Márcio Silva
Contador CRC 1 RS 078817/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins do disposto no Inciso VI do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 30 de Setembro de 2026.

Lajeado, 13 de novembro de 2026.

Minupar Participações S.A.

Margareth Schacht Herrmann
Diretora Presidente

Tiago Fonseca Siqueira
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Para fins do disposto no Inciso V do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela BDO RCS Auditores Independentes, relativos às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 30 de Setembro de 2026.

Lajeado, 13 de novembro de 2026.

Minupar Participações S.A.

Margareth Schacht Herrmann
Diretora Presidente

Tiago Fonseca Siqueira
Diretor de Relações com Investidores